

2

Pressupostos Teóricos e Metodológicos

Visto que a presente pesquisa tem por objetivo descrever o comportamento indulgente na sociedade brasileira conforme as definições de indulgência e restrição propostas pela teoria interculturalista de Geert Hofstede, utiliza-se o interculturalismo hofstediano como principal base teórica para esta análise. Faz-se importante também estabelecer a relação entre língua e cultura, o que explica a relevância desta análise para o ensino aprendizagem de PL2E. Para uma melhor abordagem acerca da visão de cultura aqui adotada e sua relação com o ensino de língua estrangeira, utilizam-se os conceitos de cultura objetiva e subjetiva e de cultura de alto e baixo contexto, propostos também pelo interculturalismo.

Em seguida, faz-se importante definir a noção de transgressão adotada nesta pesquisa, já que é neste contexto que se analisam as reações de indulgência e restrição.

Utiliza-se ainda o conceito de “jeitinho” proposto pela Antropologia Social, visto que, apesar de não ser esse o foco principal deste trabalho, nota-se que há uma relação relevante entre este e a reação de indulgência em contextos em que há transgressão.

2.1

Conceitos Principais

Neste capítulo, descrevem-se os principais conceitos que dão base à análise realizada nesse trabalho. Visto que este é um estudo acerca de um aspecto cultural subjetivo da cultura brasileira com aplicabilidade no ensino de português como segunda língua para estrangeiros, primeiramente faz-se necessário apresentar a visão de cultura aqui adotada e a relação entre o ensino de aspectos culturais e de aspectos linguísticos. Para tanto, propõe-se uma relação entre língua, cultura e pensamento. Posteriormente, apresenta-se a noção de cultura subjetiva, objeto deste trabalho, em oposição à cultura objetiva, não contemplada nessa pesquisa.

Em seguida, trata-se da divisão entre culturas de alto e baixo contexto, situando a cultura brasileira entre as culturas de alto contexto e justificando a

subjetividade, a indiretividade e a flexibilidade que afeta o cumprimento das leis e tem relação com a reação indulgente às transgressões de tipo legal.

Posteriormente, descreve-se a teoria interculturalista de Geert Hofstede, que orienta este trabalho, com especial enfoque à descrição da dimensão da indulgência versus restrição, objeto deste estudo.

Já que as reações indulgentes e restritivas são analisadas em virtude de comportamentos transgressores, torna-se necessário definir o que se chama aqui de transgressão.

Por fim, apresenta-se a relação entre a indulgência e o conceito de “jeitinho” brasileiro que, apesar de não ser objeto desta análise, está ligado à noção de indulgência.

2.2

Conceito de cultura e sua relação com linguagem e pensamento

Cultura é um termo bastante amplo, que aceita diversas definições. Não há apenas uma definição clara e aceita por todos. Em seu sentido mais comum, cultura está relacionada a estudo, educação, formação escolar. Por vezes se fala de cultura para se referir às manifestações artísticas mais prestigiadas, tais como, teatro, literatura e pintura (Santos, 1996: 22).

Em geral, definições de dicionários descrevem cultura como a soma das informações e conhecimentos de uma pessoa ou de um grupo social ou a soma dos costumes comuns de um grupo social, ou ainda “tudo o que caracteriza uma sociedade qualquer, compreendendo sua linguagem, suas técnicas, artefatos, alimentos, costumes, mitos, padrões estéticos e éticos” (dicionário Aulete Digital).

Segundo Ferreira (1986: 409), no Dicionário Aurélio, por cultura também se entende “o desenvolvimento de um grupo social, uma nação, etc., que é fruto do esforço coletivo de aprimoramento” de valores, crenças e instituições característicos de dada sociedade, ou ainda “atividade e desenvolvimento intelectuais; saber; ilustração; instrução. 6. Apuro, esmero, elegância”. No entanto, neste trabalho, entendemos cultura de maneira mais profunda e complexa, utilizando também as visões de cultura propostas pelo interculturalismo e pela antropologia.

O presente trabalho adota principalmente a visão acerca da cultura proposta por Hofstede (2010: 6), segundo a qual cultura não consiste apenas em “refinamento” com o conhecimento de artes e literatura ou “civilização”, mas, num sentido mais amplo, seria um fenômeno coletivo que equivale a regras que regulam o “jogo social”. Numa metáfora envolvendo a informática, o antropólogo define cultura como a “programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo ou categoria dos membros de outra”³(Hofstede, 2010: 6).

Nesse sentido, a cultura seria o conjunto de padrões de pensamento, sentimento e ação em potencial (Idem: 4). Desse modo, já que a cultura influencia nosso modo de ver o mundo e de refletir sobre ele, quando acreditamos que temos certas visões de mundo porque estas são as verdadeiras ou acreditamos que as nossas mentes são livres e nossas ideias são fruto de nossas próprias opiniões, estamos muitas vezes, na verdade, sendo influenciados pelos padrões culturais de nossa sociedade.

O autor destaca ainda o fato de a cultura não ser inata, mas aprendida no ambiente social desde a primeira infância, ou mesmo logo após o nascimento. Os aspectos culturais diferenciam-se, por um lado, da natureza humana, que é comum a toda a espécie, e, por outro lado, da personalidade de cada indivíduo.

Desse modo, pode-se acrescentar a essa definição a noção de cultura como um conjunto relativamente estável de valores, crenças ideias abstratas e visões de mundo compartilhados por um grupo de pessoas e seu impacto no comportamento dessas pessoas, conforme sugere o antropólogo Brooks Peterson (2004: 17). Para tornar mais claro, conforme afirma Edward Hall (1989, [1976]: 16),

A cultura é o meio do homem: não há um aspecto da vida humana que não seja tocado ou alterado pela cultura. Isso inclui personalidade, como as pessoas se expressam (inclusive mostrando suas emoções), a forma como pensam, a forma como se movem, como resolvem problemas, como suas cidades são planejadas e dispostas, como seus sistemas de transporte funcionam e organizam-se, assim como os sistemas econômicos e governamentais são constituídos e funcionam.³

Laraia (2006:67) nos diz ainda que, segundo Ruth Benedict (1992), “a cultura é uma lente através da qual o homem vê o mundo”. Assim, se homens

³ Tradução da autora, assim como todas as outras neste trabalho.

diferentes usam lentes diversas, estes têm visões diferentes das coisas e tendem a discriminar a visão e o comportamento desviante dos indivíduos que enxergam o mundo através de outras lentes. Para o autor, não apenas o modo de ver o mundo, mas também as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e, até mesmo, aspectos considerados instintivos como rir e comer refletem diferenças culturais

Para completar esta definição, podem-se adotar as características da cultura descritas por Haviland (2011:28). A cultura, segundo o autor, é além de aprendida, compartilhada, baseada em símbolos, integrada e dinâmica. Para esse autor a cultura é aprendida porque, como afirmado anteriormente, ela não é herdada biologicamente, mas aprendida desde a infância, através do processo de aculturação. Neste processo o homem aprende até mesmo formas diferentes de satisfazer necessidades básicas, como comer, dormir e abrigar-se. Para o autor, a cultura constitui-se de um conjunto de valores, percepções e padrões de comportamento que são compartilhados por seus membros, de maneira que suas ações e suas formas de comunicar-se são compreendidas e antecipadas por outros membros (Idem:29).

Para Haviland (Idem:34), a cultura é também baseada em símbolos, já que muito do comportamento humano envolve símbolos que os representam de maneira significativa, tais como alianças de casamento, imagens religiosas e bandeiras nacionais. Esses símbolos variam de uma cultura para outra e cada cultura tem seus símbolos, que têm importância e significado para seus membros. O mais importante aspecto simbólico das culturas é a linguagem, que expressa sentidos simbolizados em palavras.

De acordo com o antropólogo, as culturas são integradas porque elas são constituídas de aspectos diversos, como artes, língua, valores, crenças, formas de agir, etc., que são interligados, coerentemente integrados de modo a funcionar apropriadamente (Idem:35). As culturas têm também como característica o dinamismo, já que são organismos estáticos, mas estão em constante modificação. Quando um aspecto cultural se modifica, todo o sistema adapta-se para continuar funcionando adequadamente (Idem:36).

Seguindo esta abordagem, a visão de cultura aqui adotada é a de um organismo que envolve não apenas os aspectos visíveis, como a arte, a língua e conhecimentos e costumes compartilhados por um grupo social, mas que também

permeia os valores, as crenças, a forma de enxergar a realidade e a forma de pensar de determinada sociedade. Estando intimamente relacionada à forma de pensar de um grupo social, a cultura está relacionada também à linguagem, visto que este é um de seus aspectos fundamentais. Visto que o objetivo do presente trabalho é descrever um aspecto cultural brasileiro com relevância para o ensino de português como segunda língua, faz-se importante também realçar a visão acerca da relação entre língua, cultura e pensamento que dá base a esta pesquisa.

É importante dizer que a comunicação e a cultura estão intimamente relacionadas. Segundo Edward Hall (1998: 53), “em essência, qualquer cultura é, primariamente, um sistema para criar, enviar, armazenar, e processar informações. A comunicação fundamenta todo esse sistema”³. Vale dizer que, por comunicação entende-se não somente a comunicação verbal, isto é, a comunicação através das línguas, já que, afirma Hall (Idem: 53), de acordo com especialistas em semiótica, cerca de 80 a 90 por cento das informações recebidas são transmitidas inconscientemente através de linguagem não verbal.

Desse modo, é importante que os aprendizes de línguas estrangeiras, para atingirem uma comunicação intercultural eficaz, conheçam não somente a língua do outro, mas seus próprios aspectos culturais e os do outro e as formas suas diversas de transmitir informações de forma não verbal, inclusive inconscientemente.

Além disso, é essencial afirmar que adota-se aqui a noção de língua(gem) não somente como instrumento para comunicação de informações, mas também como organizadora de toda forma de pensar e de ver o mundo de um grupo social. Anna Wierzbicka (1992 :3) afirma que “a língua(gem) é uma maneira de expressar significados”, mas não necessariamente comunicá-los a outros. Nós utilizamos a língua também para registrar e organizar nossos próprios pensamentos, sentimentos e percepções. A questão que então se impõe é se o significado seria então independente das línguas e transferível de uma para a outra, ou se ele seria inter-relacionado às particularidades de cada língua e, assim, intraduzível.

Para Herder (1877- 1913, v. 21: 19 Apud Wierzbicka 1992:3), o “espírito humano pensa com palavras” e o pensamento nada mais é do que “linguagem interna”. Consequentemente, “cada nação fala de acordo com a forma como pensa e pensa de acordo com a forma como fala” (Idem: 3). Essa visão, entretanto, não

deve ser tomada de maneira radical, já que povos de nações diferentes podem utilizar a mesma língua, porém de formas um pouco diversas, incorporando aspectos das suas diversas culturas.

Wilhelm von Humboldt (1903 – 36, v.7:60, *apud* Wierzbicka, 1992:3) apresenta visão semelhante acerca do tema. Segundo o linguista, “cada língua contém uma visão de mundo característica”. De maneira similar, Benjamin Whorf (*apud* Wierzbicka, 1992:4) nos diz que

A língua(gem) não é meramente um instrumento reprodutor para expressar ideias, mas é ela mesma modeladora de ideias, programa e guia para a atividade mental do indivíduo, sua análise de impressões, a síntese de seu estoque mental em ocupação... Nós dissecamos a natureza junto a linhas postas por nossas línguas nativas. As categorias e tipos que isolamos do mundo dos fenômenos nós não encontramos lá porque elas encaram todo observador em sua face; ao contrário, o mundo é apresentado num fluxo caleidoscópico de impressões que têm de ser organizadas por nossas mentes – e isso significa em grande parte pelos sistemas linguísticos em nossas mentes. Nós recortamos a natureza, organizamo-la em conceitos, atribuímos significados, principalmente porque somos participantes de um acordo para organizá-la dessa maneira – um acordo que acontece através de nossa comunidade discursiva e é codificado nos padrões da nossa língua. O acordo é, com certeza, implícito, mas seus termos são absolutamente obrigatórios; não podemos falar de maneira nenhuma sem nos submetermos à organização e à classificação dos dados que o acordo decreta.³

Já que a língua reflete até certo ponto a maneira de determinado povo enxergar a realidade e suas particularidades culturais, a tarefa de aprender uma língua estrangeira torna-se ainda mais complexa. De acordo com Christine Revuz (2002: 217),

Toda tentativa de aprender uma outra língua vem perturbar, questionar, modificar aquilo que está inscrito em nós com as palavras dessa primeira língua. Muito antes de ser objeto de conhecimento, a língua é o material fundador de nosso psiquismo e de nossa vida relacional.

Desse modo, a língua não é considerada apenas um instrumento para a comunicação. À medida que ocorre o primeiro contato com a língua materna, adquirem-se não só suas palavras e organização estrutural, mas também sentimentos e juízos de valor, que ajudam a formar as opiniões, organizar ideias, pensamentos e sentimentos e criar a identidade do indivíduo. A língua é, portanto, completamente dotada de subjetividade, valores e afetividade e, ao mesmo tempo,

é um sistema linguístico exterior às pessoas e comum a todos os falantes, que devem obedecer às suas regras (Idem: 219).

Já que se assume que as línguas organizam o pensamento fazendo recortes do real, pode-se afirmar que “a língua estrangeira não recorta o real como a língua materna” (Idem: 223) e apresenta um recorte que, para o aprendiz, é diverso do conhecido por ele e desprovido de carga afetiva e valores negativos e positivos.

Exemplos desses diferentes recortes são a existência na língua russa de apenas uma palavra para designar braço e perna, os diversos recortes no espectro de cores e as variadas organizações do esquema dos tempos verbais. Essas particularidades podem deixar o aprendiz bastante confuso. Por isso Revuz (Idem: 223) afirma que “o que se estilhaça em contato com a língua estrangeira é a ilusão de que existe um ponto de vista único sobre as coisas, é a ilusão de uma possível tradução termo a termo, de uma adequação palavra à coisa”.

A língua, na medida em que tem profunda relação com a maneira de organizar as próprias ideias e de dar juízos de valor aos objetos e experiências, contribui para a formação da identidade do indivíduo. Por isso Revuz nos diz que o *eu* da língua materna jamais será idêntico ao *eu* que fala a língua estrangeira (Idem: 225) e que “aprender uma língua é sempre, pouco a pouco, tornar-se outro” (Idem: 227).

Pode-se afirmar, portanto, que a cultura afeta a forma como o homem enxerga a realidade, pensa, reflete e se comporta, e que esses pensamentos, reflexões e categorizações do real são realizados através da linguagem, que reflete na comunicação os diversos recortes realizados pelos indivíduos de determinado grupo. Assim, torna-se impossível dissociar língua de cultura no aprendizado de línguas estrangeiras, até porque, como nos diz Revuz, quanto melhor se fala uma língua estrangeira, “mais se desenvolve o sentimento de pertencer à cultura, à comunidade de acolhida, e mais se experimenta um sentimento de deslocamento em relação à comunidade de origem” (Idem: 225).

2.3

Cultura objetiva vs. cultura subjetiva

Partindo da definição de cultura apresentada, o presente trabalho toma por base a divisão defendida por antropólogos entre cultura objetiva e subjetiva.

Milton Bennett (1998:3) diferencia cultura objetiva de cultura subjetiva. A primeira engloba sistemas econômicos, sociais, linguísticos, políticos, instituições culturais, tais como música, literatura e dança, além dos tipos de comida, formas de se vestir, de demonstrar emoção, de manter ou não contato visual, entre outros aspectos.

Peterson (2004:19), apresenta a analogia do iceberg para demonstrar com clareza essa divisão. Segundo o autor, os aspectos culturais objetivos corresponderiam à parte visível do iceberg cultural, visto que esses aspectos são mais facilmente identificados através dos cinco sentidos. No entanto, para Bennett (Idem:3), apesar de o conhecimento desses aspectos ser útil ao aprendiz de língua estrangeira, não facilita a interação com pessoas de culturas diferentes e, portanto, não contribui para a melhoria da habilidade de comunicar-se em contextos interculturais e, conseqüentemente, para o crescimento da competência intercultural.

A cultura subjetiva, por outro lado, abarca os padrões aprendidos e compartilhados de crenças, valores e comportamentos de determinado grupo de pessoas. A compreensão da própria cultura subjetiva e da do outro é mais útil para a construção da competência intercultural (Bennett, 1998:3).

Segundo Peterson (Idem:21), a cultura subjetiva corresponde à parte maior, porém não visível do iceberg. Ela engloba aspectos menos identificáveis através de nossos cinco sentidos, tais como noções de tempo, importância do trabalho, papéis de homens e mulheres na sociedade, regras sobre relacionamentos, convicções, filosofias, entre outros. Tais aspectos subjetivos servem de base para os aspectos objetivos visíveis no topo do iceberg e, por isso, seu conhecimento é essencial àqueles que pretendem interagir de forma intercultural (Idem:22).

Já que os aspectos culturais subjetivos são menos visíveis, é importante aprofundar o conhecimento sobre eles, ainda mais se lidamos com ambientes multiculturais como a sala de aula de PL2E. É importante ainda que os alunos tenham ciência destes aspectos para que possam interagir com eficácia em português do Brasil. O aspecto cultural estudado na presente pesquisa está entre os aspectos da cultura subjetiva brasileira.

2.4

Culturas de Alto Contexto e de Baixo Contexto

Ainda em consonância com a abordagem interculturalista, as culturas são divididas entre culturas de alto e baixo contexto. Essa divisão, proposta por Hall (1976), baseia-se na forma como a comunicação se realiza nesses grupos culturais. Nas culturas de alto contexto, o contexto é fundamental nas comunicações, já que a transmissão de informação não é feita principalmente através dos enunciados linguísticos. Nessas culturas, grande parte da informação é veiculada através de enunciados da linguagem não verbal, tais como gestos, expressão facial, entoação, volume, velocidade da fala e postura corporal (Bennett,1998:17).

Já na comunicação de baixo contexto, parte essencial da mensagem é transmitida através do código explícito, i.e., linguagem verbal, o que faz com que a linguagem não verbal tenha menor significância e com que tudo seja melhor explicado com palavras.

Segundo Bennett (Idem:17), algumas línguas enfatizam a linguagem verbal, ou precisa, enquanto outras privilegiam a linguagem contextual, ou factual. A língua inglesa estaria entre as línguas do primeiro grupo, já que, por exemplo, apresenta diversas palavras para nomear sentimentos e pensamentos divididas em categorias abstratas. O japonês, por outro lado, é uma língua mais contextual na medida em que exige que os falantes façam inferências a partir do contexto sobre sentenças mais vagas. Nesse caso, aspectos contextuais tais como a forma de dizer, quem diz, para quem, quando, onde e em meio a quais sentenças, isto é, em que contexto devem ser levados em conta, já que têm grande influência sobre o significado.

É importante dizer que, para Bennett (Idem: 17), tanto nas culturas de alto quanto nas de baixo contexto a linguagem não verbal está presente nas interações face a face em maior ou menor proporção. No entanto, enquanto nas culturas de comunicação de baixo contexto os aspectos contextuais modificam a mensagem verbal, nas culturas de alto contexto a mensagem verbal é suplantada pela linguagem não verbal e pelos elementos do contexto.

Segundo Hall (1976:86), “sem contexto, o código é incompleto, já que ele abrange apenas parte da mensagem”³. Hall (1998: 58) nos diz ainda que, as expressões não verbais e, por vezes, inconscientes da cultura representam de 80 a

90% de nossos atos comunicativos. Esses atos seriam responsáveis pelas maiores distorções no entendimento entre as pessoas. Isso se deve também ao fato de que esses aspectos não verbais podem representar aspectos culturais desconhecidos ou inconscientes até mesmo, e principalmente, para os nativos de dada cultura.

Vale dizer que a cultura brasileira situa-se entre as culturas de alto contexto e por isso utilizamo-nos de gestos, expressões faciais, entoação, metáforas e inferências em grande proporção e com grande influência no significado.

As reações de indulgência e restrição investigadas neste estudo relacionam-se a transgressões morais e legais. No que se refere às transgressões de ordem legal, como uma cultura de alto contexto, observamos que no julgamento com base nas leis cabem diversas interpretações e nuances que levam em conta aspectos contextuais. Assim, abrem-se brechas para que criminosos sejam absolvidos e para que reações indulgentes sejam tomadas.

Hall (1976: 106), afirma que as características das culturas de alto e baixo contexto refletem-se em diversas esferas da vida social. Ele utiliza como principal exemplo a manifestação dessas diferenças na lei. De acordo com o antropólogo, nos Estados Unidos da América encontramos uma cultura de baixo contexto, onde a lei é algo superior, que não tem relação com a vida real. Os sistemas de baixo contexto também estão abertos a manipulações, uma vez que também podem ser favoráveis aos mais poderosos, em especial se estes contratam bons advogados que têm a capacidade de trazer à tona e tornar relevantes aspectos contextuais que possam beneficiar seus clientes.

Ainda segundo Hall (1976: 108), os sistemas de alto contexto estão menos suscetíveis a manipulações conscientes. Na França, diferentemente dos EUA, a corte deseja ver muito além dos depoimentos e denúncias. Eles buscam ver e compreender como são as pessoas envolvidas, dão ouvidos a fofocas, testemunhos indiretos, rumores, entre outros detalhes contextuais. Na França há mais burocracia.

Na cultura de alto contexto, há maior proximidade e envolvimento pessoal. As pessoas das culturas de alto contexto esperam mais das outras. Elas esperam que o outro entenda o que ela está sentindo e querendo dizer sem que ela seja muito específica. Por isso as pessoas fazem digressões ao invés de irem direto ao ponto e acreditam ser responsabilidade do outro compreender o ponto principal de

sua fala (Hall, 1976: 113). Portanto, pode-se dizer que as culturas de alto contexto são também indiretivas, enquanto as de baixo contexto são mais diretivas.

Como uma cultura de alto contexto, no Brasil há maior indiretividade, e mais aspectos subjetivos envolvidos na lei. Desse modo, a lei não é cumprida de maneira rígida e impessoal como nas culturas de baixo contexto, o que dá espaço para diversas particularidades e interpretações no julgamento das transgressões realizadas. Na cultura de alto contexto, há espaço para interpretações diversas a depender de detalhes contextuais, o que pode favorecer a ocorrência de reações indulgentes.

2.5

Interculturalismo

Conforme afirmado anteriormente, a cultura direciona a forma como os indivíduos encaram a realidade. Portanto, indivíduos de culturas diferentes, apesar de compartilharem conceitos básicos, enxergam-nos de ângulos e perspectivas diferentes e tendem a discriminar a visão alheia.

O interculturalismo propõe-se a explorar as raízes culturais dos comportamentos a fim de prever como os outros reagem em determinados contextos e como se aproximarão de nós (Lewis, 2006: xvi). Essa corrente defende a interação e integração entre culturas de forma recíproca, propondo respeito às diferenças e o enriquecimento mútuo. Acredita-se que, a partir do conhecimento da própria cultura e da cultura do outro, seja possível diminuir as chances de ocorrer choque cultural e aumentar a habilidade do indivíduo de interagir em contexto intercultural.

É importante dizer que, apesar de assumir que o estabelecimento de generalizações a nível nacional pode ser impreciso, afirma-se que é possível encontrar normas nacionais que possibilitam compreender e prever comportamentos até certo ponto e cujo estudo pode ser de grande valia (Idem: vxii).

2.5.1

A teoria de Geert Hofstede

A obra de Geert Hofstede tem por objetivo ajudar as pessoas a lidarem com diferenças de pensamento, sentimento e ação entre os indivíduos ao redor do mundo (até mesmo para resolver problemas mundiais). O autor pretende provar que, apesar de tamanhas diferenças interculturais, há uma estrutura sob elas que torna possível o entendimento mútuo entre culturas diferentes.

Na obra *Cultures and Organizations: the software of the mind*, Hofstede propõe seis dimensões culturais através das quais diversas culturas nacionais são caracterizadas e analisadas comparativamente. A pesquisa teve como base vasto banco de dados gerados na empresa multinacional IBM, através de questionários respondidos pelos seus funcionários, além de replicações em outros ambientes para que os dados fossem confirmados. Com base nos resultados encontrados, foram calculados índices de 0 a 100 para diversas nações em cada uma das seis dimensões.

A seguir serão descritas brevemente cada uma das dimensões encontradas pelo antropólogo.

2.5.1.1

Distância de poder

Nesta dimensão avalia-se como as diferentes culturas nacionais lidam com relações de dependência, desigualdade de poder e hierarquia no ambiente social. As sociedades que apresentam maior índice nesta dimensão tendem a aceitar melhor a desigualdade e, por isso, apresentar maior hierarquia em ambientes educacionais, organizacionais, familiares e políticos. Ao Brasil foi atribuído alto índice nesta dimensão (69), o que o caracteriza como uma nação que tende a ter maior hierarquia tanto nos meios familiares e educacionais quanto nos organizacionais e políticos.

2.5.1.2

Individualismo

Esta dimensão busca mensurar em que medida o grupo tem importância para a sociedade. Nas sociedades de baixo índice de individualismo, denominadas coletivistas, o interesse do grupo prevalece sobre o interesse do indivíduo. Nessas culturas, o grupo é a principal fonte de identidade e a única proteção segura contra as dificuldades da vida (Hofstede, 2010). As opiniões das pessoas são definidas pelo grupo. Os conflitos causados por opiniões divergentes devem ser evitados para que seja mantida a harmonia no ambiente das famílias, geralmente extensas e com membros leais e dependentes uns dos outros. É geral, a harmonia é privilegiada em detrimento da verdade. Quando um membro da família infringe regras sociais toda a família sente vergonha. As culturas mais coletivistas tendem a ser também de alto contexto. Com índice de individualismo de 38, o Brasil mostra ser uma nação mais coletivista.

2.5.1.3

Masculinidade

A terceira dimensão apresentada por Hofstede dá conta de como são distribuídos os papéis emocionais de homens e mulheres na sociedade. Uma sociedade é considerada masculina quando os papéis de homens e mulheres são mais bem definidos. Nas sociedades com mais alto nível de masculinidade, homens são mais duros e fortes e se ocupam mais de fatos e sucesso material, enquanto as mulheres se comportam de maneira modesta, gentil, emotiva e terna, e se preocupam com a qualidade de vida.

Já nas sociedades em que esse índice é baixo, as chamadas sociedades femininas, os papéis podem se misturar: homens e mulheres em geral são modestos, afetuosos e preocupam com a qualidade de vida, características consideradas femininas. Além disso, nas sociedades mais masculinas, os papéis de homens como provedores do lar e da mulher como dona de casa são mais fixos, enquanto nas femininas as funções são menos fixas e as mulheres têm mais chances de chegarem a cargos de poder e liderança. Nas sociedades mais masculinas tende-se a ver maior competitividade e apreço por mostrar sucesso

acadêmico e profissional. Nas sociedades masculinas vive-se para trabalhar, enquanto nas femininas, trabalha-se para viver.

Com índice de 49, o Brasil encontra-se no meio termo, apresentando algumas características masculinas, como certa divisão de papéis, e algumas femininas, como menor competitividade e a intenção de trabalhar para viver.

2.5.1.4

Aversão à incerteza

Essa dimensão procura medir o quanto as sociedades se sentem ameaçadas por situações de ambiguidade, incerteza e imprevisibilidade. Isso se traduz em maior nervosismo e estresse, além de maior necessidade de previsibilidade, que é buscada com a criação de leis e regras escritas ou orais. A dimensão de aversão à incerteza está relacionada ao nível de ansiedade de cada cultura.

Grupos que têm maior índice nessa dimensão costumam expressar emoções com mais facilidade. Esses mesmos grupos tendem a apresentar maior rigidez e necessidade de regras, inclusive linguísticas, apesar de as leis serem mais respeitadas nas culturas de baixo índice de aversão a incertezas onde há menos burocracia e mais praticidade.

Nas sociedades onde há baixa aversão a incertezas, há maior tolerância com os estrangeiros e diferentes e maior desejo de ajudar o outro. O Brasil apresenta alto índice nessa dimensão (76) e por isso aqui as pessoas tendem a expressar emoções sem dificuldade e criar uma infinidade de regras e leis, que nem sempre são cumpridas. Tal característica explicaria também a existência de grande burocracia no Brasil.

2.5.1.5

Orientação a longo prazo

A quinta dimensão apresentada por Geert Hofstede procura identificar quais grupos sociais consideram maiores virtudes aquelas que são orientadas para recompensas futuras, como a economia o otimismo e a perseverança, como o Brasil, que tem índice de 65 ou aquelas que buscam virtudes no passado ou no presente, tais como satisfação de obrigações sociais e preservação da tradição,

como nos EUA, de índice 29. As primeiras têm visão orientada para o futuro e acreditam que a verdade é relativa. As segundas buscam resultados rápidos e creem numa verdade absoluta.

2.5.1.6

Indulgência

A dimensão cultural encontrada pelos estudos de Minkov revela as diferenças entre as sociedades mais indulgentes, que tendem a dar liberdade para que as pessoas aproveitem a vida e se divirtam, e as mais restritivas, que acreditam que a gratificação de aproveitar a vida deve ser regulada por regras sociais rígidas. As pessoas de sociedades mais indulgentes tendem a relatar mais as emoções positivas, e a serem otimistas e extrovertidos. Hofstede afirma ainda que sociedades muito hierárquicas, isto é, que apresentam alto índice de distância de poder, como a brasileira, tendem a ter menor índice de indulgência, o que não ocorre na cultura brasileira.

É característico das pessoas de sociedades mais indulgentes terem mais lembranças e falarem mais sobre emoções positivas do que negativas, terem mais desejos e serem menos moderados. Essas pessoas tendem a ser mais positivas, extrovertidas e descrever a própria saúde como “muito boa” (especialmente nos países onde há melhores sistemas de saúde pública). Essas pessoas costumam ter mais filhos e menos problemas cardíacos. Além disso, costumam praticar mais esportes e utilizar mais a internet como meio de comunicação do que as pessoas de sociedades mais restritivas.

Esta é uma nova dimensão, que não está ainda suficientemente descrita na literatura acadêmica e carece de maior estudo. No entanto, ela tem semelhança com o que a antropologia norte americana chama de *loose* e *tight societies*. As sociedades chamadas *loose* corresponderiam às indulgentes. Nessas sociedades, as normas seriam expressas com uma variedade de caminhos alternativos e o comportamento desviante seria mais facilmente tolerado, enquanto as chamadas *tight societies*, se esforçariam por manter rígidos valores de organização, formalidade e solidariedade. Além disso, verificou-se nessa pesquisa que pessoas de sociedades mais restritivas, acreditam que manter a ordem na nação é um

importante objetivo nacional, enquanto os indivíduos de sociedades indulgentes não veem isso como essencial. Para eles proteger a liberdade de expressão é mais importante.

O Brasil, como afirmado anteriormente, se encaixa entre os países que tendem à indulgência com índice de 59 e em 29º lugar no ranking.

Essa dimensão inspirou o tema do presente projeto e o que aqui se investiga é, especialmente, a relação entre o índice mencionado e a tolerância a comportamentos desviantes no Brasil.

2.6

Transgressão

Já que a pesquisa procura mostrar a indulgência, isto é, a tolerância à transgressão de regras sociais em busca de prazer, diversão ou melhor condição de vida, faz-se necessário conceituar o termo transgressão ou desvio. Para tanto, são adotadas a definição do dicionário e as visões da Sociologia e da Antropologia Social acerca do tema.

No dicionário Aulete Digital, o termo transgressão é definido como ação ou resultado de transgredir ou infração ou violação da lei. O verbo transgredir é definido como “Deixar de observar, de respeitar padrões culturais, preceitos, leis, regulamentos”

O sociólogo Anthony Giddens define o desvio como uma “não-conformidade com determinado conjunto de normas que são aceitas por um número significativo de pessoas em uma comunidade ou sociedade” (2005, p. 173). Nas sociedades as mesmas pessoas ora seguem as regras, ora as transgridem. Segundo o autor, crime e desvio não são sinônimos, já que o conceito de desvio é mais amplo. Enquanto o crime é uma conduta que infringe uma lei, muitos comportamentos transgressores não são previstos em lei assim como os desvios podem ser apenas desvios de regras morais.

Já o Professor Doutor Alípio de Sousa Filho (2011: 12-14), define a transgressão com base no conceito de ideologia. Para ele a presença das ideologias na sociedade não define que estas serão cegamente seguidas e comandarão os indivíduos. Ainda que sob domínio ideológico, as pessoas reinterpretem a realidade, criando pontos de resistência a normas e instituições sociais que

representam dominação. Essas resistências são consideradas transgressões à ideologia, que podem assumir forma de crime, atos contrários às normas culturais, rebeliões, questionamentos da ciência e da arte, conduzindo ao crime ou à diversão. As transgressões mostram que a realidade não é única, embora a ideologia tente convencer a todos que sim.

2.7

O “jeitinho” brasileiro

No decorrer da presente pesquisa, foi observada uma relação entre a indulgência e o jeitinho brasileiro, na medida em que a reação indulgente a uma transgressão pode levar o indivíduo a utilizar o “jeitinho” para solucionar o conflito. O “jeito” seria então uma espécie de “ferramenta”, seriam medidas tomadas para pôr em prática a indulgência. No entanto, o objetivo deste trabalho concentra-se em descrever as reações de natureza indulgente ou restritiva. Portanto, será feita apenas breve descrição do fenômeno do “jeitinho” nesta seção, porém este não será profundamente analisado, tampouco levado em conta na análise de dados.

O chamado “jeitinho” é o maior representante da forma brasileira de transgredir normas morais e jurídicas. De acordo com o antropólogo social Roberto DaMatta (1984: 88), o jeitinho é uma forma característica de resolver conflitos de maneira harmoniosa, invocando a relação pessoal e unindo pessoal e impessoal. Assim leis e regras são burladas com a cordialidade, criando relações pessoais em ambientes impessoais. É uma maneira criativa de driblar leis e regras ou de se livrar de situações difíceis, complexas ou inesperadas.

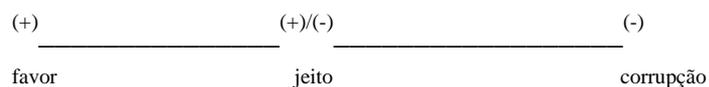
Essa prática é também uma tentativa de driblar leis que não atuam como instrumentos para o bom funcionamento da sociedade, mas como forma de submeter ou tentar corrigir os cidadãos. Nossas leis são, por vezes, difíceis de serem cumpridas, já que não são adequadas à nossa prática social. Além disso, a justiça brasileira apresenta diferentes pesos e medidas. Essas gradações deixam espaço para a interferência das relações pessoais. Há ainda uma grande discrepância entre a “casa” brasileira, lugar de harmonia e hierarquia, onde somos insubstituíveis, reconhecidos e parte de uma família com objetivos comuns e onde sempre podemos satisfazer nossos desejos; e a “rua”, lugar de movimento e de

indivíduos não reconhecidos por suas qualidades, onde as leis são iguais para todos (DaMatta, 1984 :19-28). Daí a tendência a burlar as leis e regras através do “jeitinho”.

Barbosa (1992:40) afirma que o “jeitinho” tem caráter universal, já que pode ser utilizado tanto pelas pessoas das classes baixas, ou de menor status e poder na sociedade, quanto entre as pessoas de classes mais altas. Para conseguir um “jeitinho”, basta boa vontade. A diferença entre as classes sociais está apenas na magnitude do jeito, que é influenciado pela “quantidade de recursos materiais, simbólicos e humanos que um e outro podem mobilizar” (Idem, p. 41). O domínio em que o jeito é mais utilizado é na burocracia, já que há uma infinidade de regulamentos que por vezes se mostram sem sentido e nada práticos e são burlados através da aproximação. O jeito, no entanto, pode ser utilizado em qualquer situação, exceto morte, doença ou em contextos em que não há contato pessoal (como vestibular, concurso público etc.) e é mais eficaz entre pessoas do sexo oposto.

Através de entrevistas com membros da sociedade brasileira, a autora encontra uma definição de “jeitinho” como uma forma sempre especial de resolver algum problema, situação difícil ou proibida ou uma forma criativa de solucionar alguma emergência, seja sob forma de burla a regras e leis, seja sob forma de conciliação, esperteza ou habilidade. Portanto, para que uma determinada situação seja considerada “jeito”, necessita-se de “um acontecimento imprevisto e adverso aos objetivos do indivíduo.” (Idem, P. 42) É uma maneira rápida e eficaz de resolver o “problema”, seja de maneira definitiva ou não, legal ou ilegal.

A autora traz ainda uma distinção entre o “jeito” e o favor. Segundo ela, a diferença é tênue e difícil de ser percebida, mas existe. Como é difícil precisar onde termina o limite do “jeito” e se inicia o do favor, a autora propõe um continuum para ilustrar tal diferença. Tal continuum apresenta um lado positivo, onde se encontra o favor, passa pelo “jeito”, que seria um intermediário, já que ora é positivo, ora é negativo, e apresentaria a corrupção no polo negativo. Tal representação é bastante útil para compreender como o “jeito” pode ter sua faceta negativa, aproximando-se da corrupção ou transgressão nas situações de indulgência.



Segundo Barbosa, “O que caracteriza a passagem de uma categoria a outra é muito mais o contexto em que a situação ocorre o tipo de relação existente entre as pessoas envolvidas do que, propriamente, uma natureza peculiar de cada uma.” (Idem, 1992:42). Desse modo, uma classificação do que é favor, “jeito” ou corrupção de maneira descontextualizada não seria possível. Entretanto, a autora pôde elencar algumas características essenciais que distinguem cada um.

O favor seria utilizado somente entre os “mais chegados”. Não se costuma pedir favores a desconhecidos. Além disso, o favor implica reciprocidade. Quem recebe favor fica numa posição inferior na hierarquia, sente-se devedor e obrigado a retribuir. O favor não envolve transgressão.

Já com relação ao “jeitinho”, quem dá e quem recebe os benefícios deste permanecem em posições iguais, sem que nenhum se sinta devedor ou diminuído. O “jeito” não envolve necessariamente proximidade entre as partes, mas envolve certa transgressão. O “jeito” ocorre necessariamente em situações de “última hora”.

A corrupção se difere do jeito porque pressupõe a existência que considerável vantagem material advinda da situação (maior montante de dinheiro, principalmente). Ainda assim, há atividades desse tipo que não são consideradas “jeito”, tal como dar um dinheirinho ao guarda, que envolve muita conversa, mas pouco dinheiro.

O “jeitinho” é de grande popularidade na sociedade brasileira. De acordo com pesquisa descrita por Barbosa (Idem, 1992:43), a maioria da população entrevistada utiliza o “jeitinho”. O seu uso foi justificado através da experiência empírica (“se todos usam, não posso ficar de fora” ou “uso forçado pelas circunstâncias”) e de princípios éticos morais (“uma mão lava a outra”; “não nego ajuda”). Os entrevistados que afirmaram não utilizar o “jeitinho”, utilizaram justificativas ético morais (“é injusto”; “não se deve fazer diferença entre as pessoas”).

2.8

Pressupostos metodológicos

Na presente pesquisa optamos por trabalhar com uma análise predominantemente qualitativa. Essa escolha foi feita porque, segundo Goldenberg (1998:18), “os fatos sociais não são suscetíveis de quantificação, já que cada um deles tem um sentido próprio, diferente dos demais, e isso torna necessário que cada caso concreto seja compreendido em sua singularidade”. Assim, busca-se nessa pesquisa descrever para compreender casos particulares e não criar leis generalizantes, até porque as generalizações são criadas a partir da observação de casos particulares (Mattos, 2001:5). Entretanto, algumas porcentagens são apresentadas apenas para mostrar tendências e fazer comparações com os dados de Hofstede (2010).

Segundo Godoy (1995b: 21 apud Neves, 1996:3), as pesquisas qualitativas dividem-se em três tipos. A saber: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. A presente pesquisa é de cunho etnográfico, já que visa “obter uma *descrição densa*, a mais completa possível, sobre o que um grupo particular de pessoas faz e o significado das perspectivas imediatas que eles têm do que eles fazem” (Mattos, 2001 :3) e “de ser bem específico sobre o significado da organização de um grupo particular de pessoas” (Idem : 5).

Para essa investigação sobre o comportamento indulgente na sociedade brasileira, são analisados três episódios do seriado *A Grande Família*. Esse corpus foi escolhido porque, apesar de se tratar de uma obra ficcional, representa a típica família brasileira de classe média nos grandes centros, com seus hábitos, costumes e características culturais.

As cenas em que há transgressão foram transcritas e analisadas qualitativamente. As transgressões foram classificadas em transgressões morais, que englobam transgressões de costumes, regras pré-estabelecidas, preceitos religiosos, éticos e morais, e transgressões legais, que englobam, mais especificamente, as transgressões às leis brasileiras.

As reações de indulgência foram subdivididas em reações de indulgência com culpa e sem culpa. As primeiras caracterizam-se pela demonstração por parte do indivíduo de discordância da transgressão praticada, porém seguida de reação indulgente, isto é, conivência com o transgressor. Essas diferenciam-se das

reações sem culpa, que consistem apenas em ações de convivência com o transgressor.

Apesar de a análise ser prioritariamente qualitativa, alguns percentuais se mostraram presentes, conforma mencionado acima, e foram considerados.

Durante a análise observou-se cada cena em que se pode encontrar transgressão, especificou-se o personagem envolvido, o tipo de transgressão representado e a reação do personagem com relação a esta. As reações foram classificadas em de indulgência, restrição ou indulgência com culpa com base na teoria de Geert Hofstede.

2.8.1

Descrição do corpus

A série “A Grande Família” foi transmitida pela Rede Globo de televisão do ano de 2001 até o de 2014. Esta série era, a princípio, uma pequena reinterpretção contemporânea da série exibida entre 1972 e 1975, idealizada por Max Nunes e Marcos Freire e composta de 12 capítulos. Com mais de dez anos e sucesso, a trama narra as histórias de uma família brasileira de classe média, que vive no subúrbio do Rio de Janeiro. Como o texto original, escrito por Oduvaldo Vianna Filho, foi todo contemplado no primeiro ano de série, os redatores passaram a escrever novos textos, misturando ficção a reflexões acerca de fatos ocorridos no cotidiano dos brasileiros com ampla divulgação pela mídia, relacionados à política, à violência e, até mesmo, às novelas mais comentadas do momento. A maior parte das histórias da série baseia-se, no entanto, nas complexas e contraditórias personalidades dos personagens que a compõem.

Com quatorze temporadas, *A Grande Família* tornou-se a mais longa série de televisão brasileira. Esta foi considerada também o programa humorístico mais assistido da televisão brasileira e concorreu a diversos prêmios.

2.8.1.1

Perfil dos personagens

Dada a relevância da personalidade de cada personagem para o desenvolvimento dos episódios e também para esta análise, fazemos a seguir uma breve descrição dos perfis de cada um deles.

Lineu Silva é um pai de família extremamente íntegro e responsável. Formado em medicina veterinária, Lineu sustenta a si mesmo e a praticamente toda a sua família com seu trabalho como fiscal sanitário. Ele é casado com dona Nenê e pai de Tuco e Bebel.

Nenê é uma ótima dona de casa e mãe superprotetora e coruja. Em geral, com sua personalidade carinhosa e honesta, ela se preocupa em mediar os conflitos entre Lineu e o resto da família, buscando a harmonia familiar. Para tanto, ela por vezes acoberta os problemas criados por seus filhos e seu genro Agostinho.

Tuco é o filho caçula de Lineu e Nenê. Ele faz o estilo garotão, que depende dos pais, não se preocupa com estudo ou trabalho e prefere romances e diversão. Durante boa parte da trama Tuco foge das tentativas de seu pai de lhe arranjar uma ocupação e responsabilidades.

Bebel inicialmente é uma moça caprichosa e infantil, que chora quando contrariada. No decorrer da série, o personagem aos poucos ganha mais maturidade.

Agostinho Carrara é o marido de Bebel. Ele se mostra um malandro nato, muito simpático, falastrão e mentiroso, sempre disposto a enganar as pessoas para conseguir o que quer, apesar de ter bom coração. Ele tem constantes conflitos com seu sogro, Lineu. Agostinho é sinceramente apaixonado por Bebel, mas por vezes a decepciona com suas atitudes.

Beizola é o vizinho dono da pastelaria que às vezes oferece seus serviços como advogado. Medroso e um pouco tímido e inseguro, Beizola é ainda um tanto dependente emocionalmente de sua falecida mãe, que ele não acredita estar morta. Apaixonado por dona Nenê, Beizola sempre tenta ter momentos a sós com ela, apesar de ela ser casada.

Marilda é a dona do salão de cabelereiros da vizinhança, grande amiga de Nenê e chefe de Bebel. Ela é uma solteirona independente e charmosa, que está sempre em busca de um grande amor, sem sucesso.

Mendonça é o conquistador e farrista chefe de Lineu na repartição pública onde ele trabalha.

Mecânico mulherengo e trambiqueiro, Paulão sempre troca o nome de todos e a pronúncia de diversas palavras. Juntamente com Mendonça, ele sempre tenta conquistar Marilda.

Florianinho, filho de Bebel e Nenê é um garoto esperto que já começa a herdar do pai o comportamento malandro e falastrão, fazendo com que Agostinho repense suas atitudes⁴.

Três episódios foram selecionados para análise. A saber: Menino de Ouro (episódio 13 da sexta temporada, exibido em 2006), Eu, eu mesma e Lineu (episódio 31 da quinta temporada, exibido em 2005) e O Infiltrado (episódio 35 da décima segunda temporada, exibido em 2012). Estes episódios foram selecionados por apresentarem cenas de transgressão em que se poderia analisar a reação de indulgência ou restrição subsequente. Em seguida serão brevemente descritos os episódios selecionados para serem analisados neste trabalho.

2.8.1.2

Descrição dos episódios

a. *Episódio Menino de Ouro*

Neste episódio, a imprensa divulga que a campanha de Agostinho para vereador, custeada por Fontes, foi financiada com dinheiro desviado de verba obras públicas superfaturadas e que seria instaurada uma CPI para investigação. A família apoia Agostinho assim como a vizinhança, liderados por Beizola (que tinha o interesse de se oferecer para ser o advogado de Agostinho na CPI). Lineu, no entanto, questiona o desconhecimento de Agostinho acerca da origem do dinheiro de sua campanha.

⁴ As informações acerca dos dados da série e do perfil dos entrevistados foi coletada no site *Memória Globo*, no endereço <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/humor/a-grande-familia-2-versao.htm>, acessado em 27 de outubro de 2014.

Enquanto este drama se desenrola, descobre-se que Florianinho, filho de Agostinho e Bebel, estava desviando dinheiro da campanha de Natal para as crianças carentes em que estava ajudando Nenê. Enquanto Nenê, Lineu e Bebel pressionam Floriano para que ele confesse e o recriminam, Agostinho o protege e duvida de sua culpa. Floriano diz a Agostinho que aprendeu com ele a fazer coisas erradas e dizer que não fez, o que faz Agostinho questionar suas atitudes. Depois de ser motivado por Lineu e apoiado por toda a família, com exceção de Florianinho, Agostinho opta por dizer toda a verdade na CPI. Apesar de ser rechaçado pela vizinhança e preso pela polícia, ele recebe o apoio de sua família.

b. Episódio Eu, eu mesma e Lineu

Neste capítulo, Marilda é acometida por uma crise de gastrite. Nenê, com o intuito de ajudar a amiga que está sem dinheiro e sem plano de saúde, oferece seu cartão do plano de saúde para que Marilda vá ao médico fingindo ser Nenê. Apesar de refutar a ideia inicialmente, Marilda acaba por seguir o conselho de Nenê.

A situação se complica quando Marilda encontra no consultório médico Vilma, a esposa de Aníbal, um amigo de Lineu que é fiscal de planos de saúde. Como não se conheciam pessoalmente, Vilma acredita que Marilda é Nenê e se convida para um jantar em sua casa. A partir daí, toda a família se sente na obrigação de sustentar a mentira de Marilda para que a fraude ao plano de saúde não fosse descoberta pelo fiscal. Lineu fica muito contrariado com a situação, mas também não conta a verdade aos amigos.

No entanto, toda a história é desvendada quando Lineu é visto beijando Nenê, que o casal pensava ser Marilda, e acredita estar presenciando uma cena de adultério. Motivados por esses acontecimentos, Vilma e Aníbal acabam se separando porque viviam uma real situação de adultério em que Aníbal tinha um caso com a melhor amiga de Vilma. Desvendados os segredos, Marilda resolve pagar os prejuízos à seguradora de saúde e todos se entendem.

c. Episódio O Infiltrado

Este episódio narra a história da fuga de Mendonça da cadeia para a casa de Lineu. Mendonça havia sido preso acusado de corrupção na repartição pública. Ele, no entanto, afirma inocência, e foge da cadeia para comprová-la com a ajuda

de Lineu. Lineu o acolhe em sua casa com a ajuda, embora contrariada, de Nenê. Bebel aprova a atitude de seu pai, mas Agostinho o recrimina por receber em casa um foragido. Como Mendonça passa a querer sair da casa de Lineu e este acha que Mendonça deveria ficar escondido lá até que sua inocência fosse provada, Lineu e Nenê acabam mantendo Mendonça em cárcere privado (embora Nenê fosse contra essa atitude).

Bebel e Agostinho descobrem que Floriano utilizou o cartão de crédito do pai para comprar via internet um par de óculos de espião. Bebel o repreende enquanto Agostinho o protege.

Lineu decide adiar sua aposentadoria e voltar à repartição para provar a inocência de Mendonça. Para isso ele finge ter interesse em fazer parte do esquema de corrupção para investigá-lo e, utilizando os óculos de espião de Florianinho, conseguir provas para denunciar os verdadeiros culpados. Com a ajuda de Agostinho, Lineu consegue filmar a entrega de propina aos envolvidos e assim prova a inocência de Mendonça. Os verdadeiros culpados são presos, Mendonça volta à liberdade e Lineu é considerado um herói.

A seguir será apresentada a análise dos capítulos aqui descritos.